



2025

V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo Original

AO

Original Article (OA)





O desaparecimento do homem no horizonte histórico do desenvolvimento técnico: Traços de uma filosofia da história em Friedrich Kittler

The disappearance of man in the historical horizon of technical development:
Traces of a philosophy of history in Friedrich Kittler

Murilo Gonçalves

murilogoncalves.hist@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9945-3645> 

Universidade Federal de Jataí, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Jataí, GO, Brasil

**Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar os traços de uma filosofia da história no pensamento de Friedrich Kittler a partir do fio condutor da ideia do desaparecimento do homem. Para isso, investigaremos sua arqueologia das mídias a fim de demonstrar como o surgimento do sujeito moderno é resultado de um certo arranjo histórico de tecnologias de produção (processamento), difusão (transmissão) e arquivamento (armazenamento) de informação — isto é, de um *sistema de inscrição* — estabelecido na virada do século XVIII para o século XIX. A hipótese do desaparecimento do homem surge quando as condições técnicas se alteram fundamentalmente; por um lado, com a mecanização das práticas inscricivas (como a máquina de escrever, o gramofone e a câmera cinematográfica) e, por outro, com os processos de digitalização da segunda metade do século XX.

Palavras-chave

Hermenêutica; filosofia da história; técnica

Abstract

The objective of this article is to present the traces of a philosophy of history in the thought of Friedrich Kittler based on the guiding thread of the idea of the disappearance of man. To this end, we will investigate its media archeology in order to demonstrate how the emergence of the modern subject is the result of a certain historical arrangement of technologies of production (processing), diffusion (transmission) and archiving (storage) of information, that is, of a registration system, established at the turn of the 18th century to the 19th century. The hypothesis of the disappearance of man arises when technical conditions fundamentally change, on the one hand, with the mechanization of inscription practices (with the typewriter, the gramophone and the cinematographic camera) and, on the other, with the digitalization processes of second half of the 20th century.

Keywords

Hermeneutics; philosophy of history; technology



“Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram [...], então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia”

FOUCAULT, 2016, p. 536

Considerações iniciais

Pouco mais de meio século atrás, a publicação de *As palavras e as coisas* causava um alvoroço no cenário intelectual francês, o que não tardaria a ocorrer em outras partes do mundo. Nos últimos parágrafos da obra, Michel Foucault indicava o horizonte no qual poderia figurar o desaparecimento do homem e, com ele, da modernidade e de suas invenções. Essas proposições, mesmo no contexto mais amplo da obra, despertaram distintas interpretações e, aos olhos de alguns, grandes mal-entendidos, o que Georges Canguilhem (2012) já diagnosticava no ano seguinte ao seu lançamento. Retomemos brevemente o argumento que envolve a questão.

Para Foucault, a emergência do homem como objeto de interesse e de tratamento científico, com a consequente fundação das ciências humanas, representa uma mudança no modo em que se concebe as relações entre as coisas e a representação, isto é, a linguagem e seu caráter situacional. A abordagem foucaultiana do homem não o concebe como um “objeto natural” (VEYNE, 2008, p. 329), mas como uma questão ou problema historicamente particular: trata-se justamente da capacidade de datar a emergência do problema que o homem levanta para o próprio conceito de ciência. Essa emergência marca o estabelecimento da bifurcação do homem, visto simultaneamente como objeto do conhecimento científico e como sujeito da ciência. Essa divisão não teria sido cogitada durante os séculos XVI e XVII, período caracterizado como a era clássica. A existência de objetos de conhecimento no mundo, objetos disponíveis e passíveis de serem conhecidos, nesse contexto, não dependia de qualquer sujeito específico (o homem), mas é, na verdade, uma parte intrínseca de seu próprio caráter: eles seriam, por natureza, conhecíveis.

Como já alertava Canguilhem, a intenção de Foucault não é reconstruir a ideia de conhecimento da era clássica, mas, sim, identificar o conjunto de requisitos, regras e condições, implícitos nas próprias práticas de domínios empíricos, que um objeto precisa cumprir para se tornar um objeto de conhecimento em tal período. Esse conjunto de condições e de regras, que caracteriza algo como um objeto passível de conhecimento, faz parte da formulação daquilo que Foucault denomina *episteme*. A base da *episteme* clássica estaria na noção de conhecimento como representação, a qual, nesse contexto, significa aquilo que se refere a algo diferente de si mesmo e cuja manifestação se dá na lógica dessa não-identidade, como sendo sobre outra coisa - de onde saem os exemplos do retrato e do mapa e a consequente impossibilidade de identificá-los com aquilo que representam, mas de, ao mesmo tempo, assumir entre eles uma correspondência.

Entretanto, o questionamento do fato da representação teria possibilitado a emergência da noção de que as representações só existem para alguém e somente na medida em que se manifestam para alguém. A representatividade da representação, com efeito, desloca-se: ela deve agora ser encontrada em algo que passou a ser denominado “sujeito”, uma concepção inequivocamente moderna. O homem, concebido no modo de uma dualidade epistemológica, torna-se, então, um problema que só toma forma na episteme moderna e que se manifesta concretamente com a filosofia kantiana e o estabelecimento da biologia, da economia e da linguística. O que toma forma aí, então, é uma ruptura epistêmica: Foucault “descobre uma ‘descontinuidade enigmática’ que, sem a pretensão de explicá-la, ele só consegue qualificar como mutação, acontecimento radical, acontecimento fundamental, deslocamento ínfimo, mas essencial” (CANGUILHEM, 2012, p. 12).

Trata-se, então, do registro histórico de uma “descontinuidade enigmática” que altera, de modo definitivo, as regras e as condições de possibilidade do ordenamento dos saberes. Seja por indiferença ou por inviabilidade, a explicação desse “acontecimento radical” não faz propriamente parte do escopo arqueológico foucaultiano. Friedrich Kittler, a seu turno, propõe uma hipótese. Com Foucault, torna-se claro que a linguagem não apenas não pode ser considerada como uma entidade transcendental, mas também que ela surge na forma de práticas discursivas historicamente delimitadas. Kittler, por sua vez, contribui para a percepção de que essas práticas tomam lugar em uma estrutura técnica e medial responsável pela produção, transmissão e armazenamento de informação, isto é, em um sistema de inscrição (*Aufschreibesystem*). Em diálogo com Foucault, e também com Lacan e com Derrida, Kittler contribui para a desnaturalização de conceitos e noções forjados na era moderna e que, doravante, alcançaram um estatuto metafísico: verdade, presença e homem (sujeito). Essa desnaturalização ocorre pela via da reorientação da investigação: ela parte do processo histórico das operações e materialidades discursivas inerentes, corpos, estruturas de poder e, cada vez mais, tecnologias de mídia das quais tais conceitos e noções seriam efeitos.

Portanto, argumenta-se que a passagem de uma arqueologia do saber, pautada na noção de *episteme*, para uma arqueologia das mídias, pautada nos sistemas de inscrição, representa também a reformulação da questão sobre o homem (e de seu suposto desaparecimento) a partir das bases das mídias técnicas: a ideia de sujeito, para Kittler, surge como função de um sistema de inscrição, como produto de um certo arranjo de instituições e tecnologias de mídia. Ademais, se em Foucault o desaparecimento do homem não é visto como parte de um processo ou plano mais amplo (CANGUILHEM, 2012, p. 12-13), argumenta-se aqui que, no caso de Kittler, parece haver fundamento na defesa da hipótese de que sua arqueologia das mídias revela, implicitamente, uma filosofia substantiva da história que tem, como finalidade, o desaparecimento de uma determinada concepção de homem e, com ela, de uma certa noção de história. Em outras palavras, o objetivo deste artigo é demonstrar como, para Kittler, as mídias não apenas engendram o “homem”, mas



também promovem, em seu horizonte de desenvolvimento histórico, o seu desaparecimento. Ao fim, apesar de reconhecer o problema da linguagem, a análise foucaultiana do discurso teria falhado em concebê-la como uma mídia permeada de pressuposições técnicas.

A hipótese explorada aqui encontra um interessante contraponto no fato de que a arqueologia das mídias de Kittler identifica a filosofia da história como uma função de um sistema de inscrição, cuja emergência se dá em uma paisagem determinada por tecnologias de mídia que estabelecem uma lógica de produção (processamento), difusão (transmissão) e arquivamento (armazenamento) de informação em um dado período da história, a saber, na passagem do século XVIII para o século XIX. Esse diagnóstico de delimitação cronológica, por si mesmo, dificilmente encontraria uma objeção: a filosofia da história, segundo Troeltsch (2008, p. 179), seria filha da modernidade, nascendo no século XVIII, “quando as necessidades da visão de mundo a demandavam”, vinculada “à razão, à comparação e ao conceito de desenvolvimento”. Para Koyré (2010, p. 49), a filosofia da história representaria um movimento “típico de uma época — a nossa — [...] que não admite que possa compreender-se e explicar-se a si mesma se não através e em função de seu passado, sua história”. Essa constatação, portanto, seria confirmada diversas vezes por diferentes tradições de pensamento (KOSELLECK, 2016, p. 151; ANGEHRN, 1991). Em Kittler, a distinção crucial repousa na possibilidade de, por meio de sua reflexão, ultrapassar os sintomas do surgimento da filosofia da história e alcançar o sistema de inscrição supostamente responsável por seu engendramento, isto é, de encontrar o seu “*a priori* técnico”. Nesse sentido, afirmar a existência de uma filosofia da história na arqueologia das mídias de Kittler permite, ademais, promover uma confrontação crítica entre sua teoria e sua própria obra.

1800: o surgimento do homem e o engendramento da filosofia da história

A arqueologia de Kittler destaca três grandes sistemas de inscrição: a república dos eruditos, o sistema 1800 e o sistema 1900. O sistema 1800 corresponde largamente à chamada Era de Goethe (*Goethezeit*), termo cunhado por Hermann Korff (1923) e que se refere ao período entre 1770 e 1830. Esse intervalo é marcado pelo “nascimento” do sujeito moderno, com sua concepção de “voz interior” (*Innerlichkeit*), e pelo surgimento concomitante da filosofia da história, da história científica, da hermenêutica moderna, da filologia e da estética. O empreendimento arqueológico procura, então, descrever positivamente o sistema de inscrição que tornou possíveis essas disciplinas, revelando não apenas suas condições de possibilidade, mas também os seus limites históricos. Os textos desse período são concebidos como artefatos técnicos — no caso, a principal tecnologia de mídia da época —, os quais são largamente e profundamente estudados por Kittler.



Mais do que uma crítica literária, essa abordagem se volta à análise do discurso em que os textos indicam para os modos pelos quais — a partir da rede e da configuração de instituições e meios técnicos de processamento, de reprodução e de armazenamento — a linguagem se materializa. A Era de Goethe, com efeito, marca a emergência e a consolidação de um novo sistema de inscrição que, por sua vez, foi responsável pela constituição de noções, conceitos, categorias e disciplinas até hoje centrais para o pensamento filosófico, histórico e literário.

O sistema de 1800 emergiu a partir do ocaso de outro sistema: a república dos eruditos (*Gelehrtenrepublik*, ou *res publica litteraria*). A república dos eruditos é o sistema que corresponde ao domínio da tradição humanista e caracteriza-se pelo advento da imprensa, em um contexto no qual a produção de conhecimento era guiada pelas noções de autoridade e de erudição e gerida por uma classe diversa de indivíduos intelectuais, enquanto a universidade ainda não integrava o aparato estatal. O sistema era sustentado pela aplicação da doutrina da retórica, que moldava a produção discursiva da época, e pela efervescente circulação de livros e traduções, que fomentava um modo preciso de difusão do saber (KITTLER, 1985, p. 11-33). Seu colapso é interpretado por Kittler como a “Tragédia do erudito” a partir de uma leitura do *Fausto* de Goethe, obra que servirá como guia heurístico ao longo de seu exame desse período.

A atenção, inicialmente, está nos eventos discursivos protagonizados por Fausto, isto é, suas leituras, escritos e traduções, até mesmo a assinatura do pacto com Mefistófeles. A trajetória de Fausto ilustra a transição de sistemas de inscrição, mesmo que a trama faustiana tome lugar no contexto da Reforma. Um dos episódios centrais da releitura de Kittler se dá com a tradução da bíblia empreendida por Fausto. Aqui se opera uma distinção fundamental: em sua tradução, em vez de seguir o princípio luterano da *sola scriptura*, ou seja, o princípio da leitura bíblica na suposta literalidade de suas palavras, Fausto segue uma hermenêutica que incorpora o cerne da filosofia idealista alemã, que procura justamente ultrapassar o verbo — na qualidade de uma determinação empírica — em busca do ato primordial e originário que, com efeito, teria engendrado o verbo em primeiro lugar. Esse movimento vai ao encontro da elaboração da subjetividade transcendental, do “Eu absoluto”, fundamentada no idealismo alemão pelo ato puro e livre de autoconstituição do sujeito.

Johann Gottlieb Fichte, filósofo idealista bastante importante no contexto mais amplo do romantismo alemão elabora, em sua *Doutrina da Ciência*, a concepção do Eu absoluto, o qual “deve exprimir aquele ato [*Tathandlung*], que não aparece nem pode aparecer entre as determinações empíricas de nossa consciência e é o único que a torna possível”. Depois da análise de proposições lógicas simples e “indubitáveis”, Fichte alcança o “ato fundamental” do Eu absoluto de pôr (*setzen*) “pura e simplesmente” em si, realidade, como condição de possibilidade de todas as coisas. A instauração do Eu absoluto, como atividade pura, livre e ilimitada, transforma todos os seus fatos e



ações em meras predicções, determinações de um “pôr de si mesmo” originário (FICHTE, 1984, p. 43). No *Fausto*, essa conquista do ato originário é selada pelo protagonista com uma nova tradução que subverte o trecho inaugural do Evangelho de São João: nela, no princípio, não era o Verbo, mas sim o Ato (“*Im Anfang war die Tat*”). Desse modo, “com a palavra de que seria impossível a ele valorizar o Verbo ou que mesmo o desdenhava, Fausto se afasta da república dos eruditos” (KITTLER, 1985, p. 16).

O argumento de Kittler é que essa suposta origem — a ideia da descoberta do ato originário de constituição da subjetividade, a fundação da filosofia como ciência, a filosofia da história e o estabelecimento do modo hermenêutico de lidar com o texto —, na verdade, apenas marcava o início de um novo sistema de inscrição. Nesse sistema, a obsessão pela própria ideia de origem (denunciada no meio historiográfico por Marc Bloch em sua *Apologia da história*) e por constantes a-históricas, não passa de uma função, de um atributo, que surge da estrutura técnica que as compõe: “as estruturas são mais poderosas que os atos fundadores” (KITTLER, 2000, p. 248).

Essa constatação se dá, entre outras coisas, por uma análise heurísticamente psicanalítica de textos. Por meio dessa análise, Kittler revela como a busca do romantismo pelo sentido último, o ato originário e transcendental — do qual a linguagem seria apenas um produto, uma determinação empírica — revela, na verdade, uma ruptura, uma mudança radical de atitude caracterizada pela psicanálise como uma nova forma de relação do sujeito baseada em uma falta (*Mangel*), que dá lugar à reprodução da imago materna (KITTLER, 1985, p. 52). Essa relação se refere à concepção de mãe que surge nesse contexto. O exame do lugar da natureza na poesia alemã e sua aproximação da figura materna corrobora essa conclusão. A poesia romântica incumbe a si mesma a tarefa de tradução da linguagem da natureza, propriamente como transformação do seu caráter inefável em palavras. Nesse contexto filosófico-literário, a natureza representa a fonte primordial da vida. Tal como a natureza, a mãe inicia seus filhos no mundo da linguagem por meio de um processo no qual o estranho se torna familiar (KITTLER, 1985, p. 105-108). Menos do que promover a centralidade da figura materna por si só, a arqueologia de Kittler pretende mostrar de que modo foi possível que o próprio sistema de 1800, em si mesmo um meio de produção discursiva, tenha atribuído materialmente à mãe o lugar de origem da produção do discurso. Portanto, o desenvolvimento de noções propriamente psicanalíticas a respeito da dinâmica envolvendo a figura materna, no processo de oralização de seus filhos — falta, desejo, imago etc. — seria possível apenas nos limites de um sistema de inscrição no qual, e para o qual tais noções desempenham uma função e constituem partes que se encontram conectadas em uma rede material.

O sistema de inscrição 1800 é composto por uma série de tecnologias distinguidas em instituições, indivíduos e formas de linguagem. Em primeiro lugar, a constituição da estrutura familiar burguesa e as reformas pedagógicas instituíram a mãe como a primeira instância de socialização dos



filhos — e deu início à própria ideia de infância, da criança como cidadã em processo de formação. De acordo com tal transição, cabia à mãe não apenas zelar pela manutenção de cuidados básicos, como também proporcionar a iniciação da criança no mundo da linguagem e, por conseguinte, da cultura. Essa iniciação se dava primordialmente no campo da oralidade, mas também incluía uma introdução às técnicas de leitura e de escrita. Assim, “as mães eram agora encarregadas de transformar material infantil bruto em indivíduos equipados com um centro psíquico de ressonância e reflexividade comumente atribuído como espírito ou alma” (WINTHROP-YOUNG, 2011, p. 32). A chave psicanalítica retorna para mostrar como esse processo de formação era motivado por afetos de amor e de prazer típicos da relação entre mães e filhos nos momentos inaugurais de interação, sobretudo com a erotização da voz e da boca maternas — a leitura de livros, o canto de canções de ninar etc. —, constituindo parte fundamental de sua imago (KITTLER, 1985, 65-67).

Novamente, no entanto, essa interação só se fez possível quando a formação e a aquisição de linguagem pela via da oralidade surgiu como uma tecnologia fundada pelas reformas pedagógicas empreendidas pelo Estado alemão, que “incubiam às mães, primeiro, a formação [*Erziehung*] psíquica e física de suas crianças e, logo depois, também sua alfabetização” (KITTLER, 1985, p. 37). O processo de oralização do alfabeto e os métodos didáticos de instrução, por meio da identificação de sílabas gráficas a sons, foram instituídos na virada do século XVIII para o século XIX. A recente concepção do método fonético — disponibilizada em diversos manuais desse período que tinham as mães como público-alvo —, foi responsável por constituir uma nova forma de materialidade da linguagem que surgia no limiar entre som e palavra, entre um “sistema de fala” e um “sistema de escrita” que “assegurou um caráter estrutural de transcrição do som” (KITTLER, 1985, p. 48). Nela ocorre a transformação de ruídos minuciosamente diferenciados e sons básicos em significantes básicos — /pa/ e /ma/ se tornam “papa” e “mama” — que, por sua vez, proporcionam as primeiras unidades de sentido e contribuem, na infância, para a formação de uma atitude natural. Essa, para Kittler, é a essência da ideia que funda o paradigma filosófico ao qual se liga a filosofia da história e a hermenêutica moderna.

Essa ideia está baseada no pressuposto de que as unidades que constituem os significantes básicos da linguagem já apresentam um sentido pré-conceitual, que, a seu turno, se apoia na imago materna, a partir da qual a criança passa a alimentar a expectativa — baseada em sua experiência formativa — de que a voz materna sempre expresse algo significativo. Desse modo, “a Voz da Mãe assumiu a tarefa de estabelecer [...] o sonho da pureza e universalidade das altas línguas padronizadas” (KITTLER, 1985, p. 62-63), sonho no qual a linguagem se apresenta como um meio homogêneo e transparente em que tudo aquilo que a princípio se afigure como não-sentido, ruído e estranho é, na verdade, passível de interpretação, isto é, de atribuição de sentido. O passo decisivo de Kittler é elevar essa ideia ao âmbito estrutural, ao nível intersubjetivo, no qual as relações



cotidianas tomam corpo: as crianças se tornam adultos alfabetizados, escritores, filósofos e leitores que reproduzem a mesma necessidade básica de sentido e a mesma expectativa de interpretação¹.

Como apontado, esses traços se encontram largamente explicitados na obsessão romântica, apresentada na literatura e na filosofia, com a busca daquilo que se denomina como a “oralidade originária” e “transcendental”, a “voz interior”. Em muitos casos, essa voz originária deveria ser encontrada na natureza — como no caso da filosofia de Schelling — e, especialmente, na poesia, onde seria representada pela expressão individual dos sentimentos suscitados pelo encontro com a natureza. Tais traços estão presentes em diversos textos do período, alguns dos quais, por sua estrutura precisa, acabaram por se tornar paradigmas de produção discursiva. Trata-se, por exemplo, dos poemas *Nachts (Noites)*, de Joseph von Eichendorff, *Lureley*, de Clemens Brentano e, sobretudo, *Wanderers Nachtlied (Canção noturna do andarilho)*, de Goethe, detidamente analisado por Kittler (2014).

Nele, Goethe procura — por meio da exposição e da execução de certas regras de composição — emular uma canção de ninar originalmente protagonizada pela voz materna, representada no poema pela natureza. Ao realizar essa emulação, Goethe reprisa o momento genealogicamente inaugural que constituiu um dos fundamentos do sistema 1800, processo para o qual Goethe contribuiu decisivamente. As canções de ninar se tornam práticas correntes somente nesse período, em substituição a modos muito distintos de induzir o sono em crianças — tal como o uso indiscriminado de drogas e sedativos. Essa prática recém-instituída tem sua singularidade por criar um modelo pedagógico: uma vez reconhecida como tal, a voz materna dá origem a um processo de constante aprendizagem em que sons se transformam em conceitos. A voz melódica e gentil que performa a canção de ninar — e que no poema de Goethe promete o descanso tão necessário ao leitor — está em um entremeio entre “fala” e “sons da natureza”, entre razão e instinto, cultura e natureza; a voz materna é parte “‘respiração’, pela qual a criança aprende a ‘sentir’, e parte articulação, por meio da qual ela adquire linguagem”. Dessa forma, sensibilidade e capacidade de articulação seriam atributos adquiridos somente pela inserção histórica da “nova tecnologia de instalação de uma alma nas crianças” (KITTLER, 2014, p. 38). Assim, “o poema performa aquilo sobre o que ele fala” (KITTLER, 2014, p. 33), é um discurso sobre o sistema de inscrição ao qual pertence — a nascente poesia romântica e lírica do sistema 1800, que se colocava em contraposição às normas poéticas da tradição retórica.

A figura materna, no entanto, por mais fundamental que seja seu papel no sistema 1800,

¹ Ao contrário do que as raízes teológicas indicam, segundo Kittler, a ideia de uma plenitude semântica que emerge com a hermenêutica não seria tanto advinda da ideia teológica de que tal sentido pleno seria garantido por Deus, mas sim da “boca da mãe”. Com isso, Kittler leva a hermenêutica para um contexto supra-alemão, pois a nova configuração familiar foi um fenômeno que tomou lugar em diversas partes da Europa.



é, na realidade, apenas uma parte dele: sua função é determinada de acordo com o restante dos elementos que estão a ela conectados, no modo preciso de seu arranjo. Essa configuração de elementos é o primeiro dado positivo, a primeira realidade à qual seria possível retroceder. Nela, os corpos se encontram enredados em sua materialidade — na qualidade de olhos, orelhas, mãos e cérebros — com o restante do sistema de inscrição. É sobre esses corpos que a linguagem se inscreve. Assim, não tanto na oralidade, esse sistema se edifica, sobretudo, no monopólio medial da escrita, em textos, escritos à mão ou impressos, que serviam como única possibilidade (ou ao menos a hegemônica) de armazenamento e transferência de informação, desde os manuais didáticos de instrução lidos pelas mães — e que as capacitavam a introduzir seus filhos no mundo da linguagem — às obras literárias, tratados filosóficos e documentos burocráticos.

Tal qual o processo de aquisição oral da linguagem ocorre com a passagem de ruídos para sons e depois palavras, a alfabetização pela escrita cursiva é resultado da transformação, com o auxílio das mãos e olhos, de traços geométricos básicos em letras, palavras e proposições, isto é, em partes cuja “conexão” (*Zusammenhang*) constitui um todo, uma unidade estético-semântica. É crucial enfatizar que esse processo se desenrola no contexto das reformas escolares de fomento à escrita cursiva, promulgadas por Stephani, em substituição à escrita baseada no uso de letras de imprensa (letras de fôrma): trata-se do estabelecimento de uma nova técnica de inscrição. Na escrita cursiva, como um conjunto de traços, as letras “deveriam ser interrelacionadas, não pela diferencialidade do grafema, mas [...] por sua relação familiar e transitividade”, tal como na oralidade “mães demonstraram como um tom de fala mudou para outro por uma mudança mínima na posição da boca” (KITTLER, 1985, p. 99-102). Pode-se perceber como a escrita cursiva, que une os caracteres e estabelece entre eles um nexos, adquire, nesse cenário, um valor espiritual tal qual o que permitiu a historiadores, de Ranke a Meinecke, conceber o nexos entre os fatos históricos dentro da unidade da história, entre as partes e o todo. Pois, mesmo que possa parecer um emaranhado de manifestações aleatórias, Troeltsch (2002, p. 441), por exemplo, afirmava que a história possuiria sob essas manifestações uma “conexão interna” (*innerer Zusammenhang*) e, por isso, a ciência histórica deveria “ir fundamentalmente em direção ao ideal de uma conexão geral desses contextos em um quadro do devir da humanidade”. Trata-se precisamente da relação entre a escrita e o pensamento histórico na base de mudanças técnicas estruturais.

Esse processo de mudança das tecnologias de formação de linguagem tem sua ilustração na literatura romântica com o conto de E. T. A. Hoffmann, chamado *Der goldene Topf* (*O pote de ouro*) (KITTLER, 1985, p. 95-133). O conto ilustra de modo muito específico aquilo que, para Kittler, trata-se puramente de transformações das materialidades das mídias e das práticas de inscrição. O que o conto de Hoffmann descreve nada mais é do que a aplicação de um novo programa de educação, de uma nova forma de programar sujeitos: o canto de Serpentina que inspira Anselmus,



o protagonista do conto, “soa como um dos exercícios de alfabetização de Stephani ou Tillich”. Com efeito, uma vez alfabetizados, os indivíduos se tornam capazes de produzir e manear textos (KITTLER, 1985, p. 96-97): os textos são, ao mesmo tempo, o produto final do sistema de inscrição 1800, sua materialização mais própria, e o meio de programação de novos sujeitos, inicialmente pela mãe, cuja oralidade é instruída por manuais, e posteriormente por meio da leitura, reconhecida como a prática que ensina a lidar com textos de um modo geral na vida cotidiana.

Disso é possível depreender que o sistema de inscrição não apenas se imprime sobre os indivíduos que nele nascem: ele, antes disso, determina uma certa noção de individualidade. Na filosofia romântica, e em suas reverberações no historicismo, essa individualidade seria caracterizada por sua interioridade (BEISER, 2012, p. 178). Para Hegel, a exterioridade, como a escrita à mão, seria meramente a expressão da essência individual:

Por conseguinte, as simples linhas da mão, e igualmente o timbre e o volume da voz, como determinante individual da linguagem — e também a própria linguagem enquanto recebe da mão uma existência mais fixa do que por meio da voz e se torna escrita, e na verdade, mais precisamente, manuscrito — tudo isso é expressão do interior. Desse modo, essa expressão, como exterioridade simples, se encontra mais uma vez defronte da exterioridade multiforme da ação e do destino, perante os quais se comporta como interior. [...] Nesse caso o indivíduo terá sua manifestação e exterioridade, primeiro na boca, na mão, na voz, na escrita à mão, não menos que os outros órgãos e em suas determinidades permanentes. Só depois ele se exprimirá mais amplamente saindo para o exterior e sua efetividade no mundo (HEGEL, 2002, p. 224).

Em oposição a Hegel, Kittler argumenta justamente que uma tal interioridade foi possibilitada somente com o advento do sistema de inscrição 1800 e, portanto, como seu corolário.

A isso cabe acrescentar que a realização dessa individualidade é concebida como a consumação de um processo de desenvolvimento que a própria *Fenomenologia* se coloca a tentar fundamentar: o do tempo histórico progressivo, fundado na noção romântica de historicidade (MARCUSE, 1989; BEISER, 2012). Não se trata apenas da individualidade que corresponde à subjetividade moderna de seres singulares, mas da individualidade coletiva, tão cara ao historicismo, que corresponde a entidades imateriais, como a ideia de *Bildung*, e que tem sua culminação no Estado nacional. Coerentemente, esse contexto também marca o surgimento de certos gêneros literários, como o romance de formação, a biografia e a história universal, juntamente com as noções modernas de eu lírico, de autor e de agente. Cada uma dessas entidades é concebida como unidades metafísicas intrinsecamente ligadas à noção de desenvolvimento. Seguindo a inversão

arqueológica proposta por Kittler, com efeito, tanto a subjetividade moderna como as demais individualidades históricas não seriam interioridades inteligíveis e significativas que possibilitariam sua expressão por determinações empíricas como a escrita — a historiografia. Pelo contrário, essa noção de individualidade, de “indivíduo” (*In-dividuum*), surge somente com o estabelecimento de “uma escrita à mão organicamente coerente” e contínua, que conecta elementos em unidades à medida que se desenvolve (KITTLER, 1985, p. 101-102).

O nascimento da filosofia da história, com isso, ganha um fundamento técnico: ela se dá na base de um sistema de inscrição. A subjetividade moderna, tal qual a filosofia da história, emerge como “o fluxo do contínuo e do orgânico simplesmente porque era amparada pela escrita à mão cursiva, fluída” (KITTLER, 1985, p. 101). A epígrafe que abre a seção 1800 de *Aufschreibesystem* é uma equação de Leonhard Euler — a fórmula de Euler ($e^{ix} = \cos(x) + i \cdot \sin(x)$) —, elaborada no campo da análise complexa, tradicionalmente conhecida como teoria das funções de variável complexa, que estabelece o vínculo entre as funções trigonométricas e a função exponencial, indicando, portanto, um crescimento progressivo e exponencial. Em um texto de 1978, Vilém Flusser sintetizaria a questão da seguinte forma: a escrita, como um conjunto de “códigos lineares”, exige a “sincronização da sua diacronicidade”. Instaurando uma temporalidade linear, ela engendra “um fluxo de progresso imparável, de irrepetibilidade dramática, de enquadramento: em suma, a história”. A escrita, ao fim, “transforma cenas em processos: ela engendra a consciência histórica” (FLUSSER, 2002, p. 39).

Assim, o sistema 1800 se constituiu ao longo de um processo marcado pela alteração da estrutura nuclear familiar e pela reformulação dos ensinos primário, secundário e universitário, mediante reformas institucionais e da instauração de novas leis pelo emergente Estado alemão. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o princípio da autoria foi regulamentado por meio da regularização dos direitos autorais — princípio cuja ideia já se encontrava elaborada e empregada na literatura e na filosofia, com sua nova concepção de subjetividade —, o Estado também colocou no papel, na forma de lei, sua obrigação de “formar” mulheres a fim de torná-las mães de seus futuros cidadãos: “tornou-se um dever produzir produtores autorizados de discurso. O Estado da *Bildung* transformou a reprodução biológica, essa simples repetição do mesmo, em produção cultural. Surgiram cada vez mais mães que eram cada vez mais maternais”. O surgimento da maternidade, essa “nova determinação de gênero”, permitiu que se atribuísse ao responsável pela educação primária de crianças um estatuto transcendental (KITTLER, 1985, p. 70).

Em complementação à Natureza, entidade que representa a mãe, se encontra o Estado e a massa de homens que o compõe. Entre os dois domínios existe uma continuidade, na medida em que “os discursos pedagógicos desapareceram na boca da mãe apenas para reaparecerem multiplicados na forma de um aparato burocrático [...] e, portanto, textual”. Na releitura faustiana



empreendida por Kittler, o Estado entra em cena com a realização do pacto com Mefistófeles, selado pelo ato distintivo de sua assinatura (KITTLER, 1985, p. 31). O sistema discursivo de 1800 programa seus indivíduos de acordo com uma equação exponencial para se tornarem cidadãos que virão a compor a burocracia estatal, representando, cada um, o processo geral de desenvolvimento do Estado, que também circunscreve as possibilidades de carreiras, desde a educação (secundária e universitária) à política e ao direito (fóruns e tribunais). Os “sujeitos”, ao fim, devem ser entendidos em seu “sentido literal, a saber, como funcionários públicos [*Beamte*]” (KITTLER, 1985, p. 68).

Com efeito, não apenas um complexo aparato de poder, como caracterizaria Foucault, a estrutura estatal é uma verdadeira máquina de informação. Ela coloca em rede inúmeros subsistemas e ramificações dentro dos quais os indivíduos desempenham determinadas funções, cada uma associada de um modo ou de outro com a produção e o tratamento de textos. Um fluxograma cíclico toma forma no sistema 1800, no qual cabe à figura materna a entrada de dados, a informação transmitida para os filhos que ulteriormente constituirá a fonte primária de processamento pela poesia e que, por fim, será assimilada pela filosofia, responsável por fornecer ao sistema discursivo sua fundamentação metafísica e que, por fim, retorna às mães na forma de livros e manuais inspirados por tais insights filosóficos e literários. Mãe, poesia, filosofia e burocracia são canais que processam, armazenam e transmitem informação pelo meio homogêneo e transparente da linguagem e na lógica temporal do progresso (KITTLER, 1985, p. 67-76).

1900: a fragmentação do homem e o rompimento da filosofia da história

O surgimento de novas tecnologias de gravação decreta o fim do sistema 1800, ou, mais precisamente, a perda de validade das condições técnicas de processamento, transmissão e armazenamento de informação pautadas pela cultura impressa. Essa perda não representa, para Kittler, o “fim da escrita”, mas, sim, a quebra de seu monopólio medial, o que, por conseguinte, viabiliza o surgimento de novos conceitos, categorias e disciplinas, bem como de novos conteúdos semânticos para conceitos já estabelecidos. Com isso também se exaurem as possibilidades técnicas de concepção da história como processo de desenvolvimento progressivo e da historiografia como produto de uma linguagem homogênea.

Trata-se do ocaso daquilo que Marshall McLuhan (1962) denominou de a “Galáxia de Gutenberg” e do surgimento do Universo de Edison, com o fonógrafo, a câmera cinematográfica (*motion picture camera*) e a máquina de escrever. A instauração do sistema 1900 é registrada em *Aufschreibesystem* por um conjunto de eventos discursivos que inclui Nietzsche e sua máquina de escrever, a globalização e a tecnificação da comunicação, o surgimento da psicofísica e os experimentos de memória de Ebbinghaus, o *Drácula*, de Bram Stoker, e a invenção do aparato



psíquico freudiano. Em *Grammophon, Film, Typewriter* (de 1986), a análise do sistema 1900 é ampliada e o arquivo kittleriano de eventos discursivos é complementado com textos de Rilke, Salomo Friedlaender, Heidegger e Carl Schmitt. Trata-se, em sua maioria, de textos que a arqueologia trata de desenterrar do solo do esquecimento.

O sistema 1900 é marcado, com efeito, pelo processo de larga mecanização de práticas de inscrição, antigas e novas: a máquina de escrever mecaniza a escrita, o gramofone a gravação e reprodução do som e a câmera cinematográfica as imagens em movimento. É a intervenção de máquinas no processo de produção, difusão e armazenamento de informação. Por essa razão, essas novas tecnologias da letra, do som e da imagem, o que Kittler caracteriza como “mídias técnicas”, tornam possível novas concepções de linguagem e de tempo e, por conseguinte, têm implicações diretas para a historiografia e para a reflexão historiográfica: elas evidenciam a percepção da linguagem como um meio heterogêneo, uma mídia, e promovem a ruptura do tempo histórico do historicismo, submetido ao regime da escrita e caracterizado pela unicidade e continuidade.

A transição de sistemas também marca uma transição no mundo do Estado nacional, que passa por um processo paulatino de fragmentação pela globalização sustentada por inovações e aperfeiçoamentos técnicos de comunicação. Goethe, o grande fundador do sistema 1800, reaparece por meio da criação do conceito de *Weltliteratur*, que se referia a um processo ininterrupto e dinâmico (mesmo progressivo), mas que só poderia tomar lugar no futuro, na medida em que o conceito coloca um condicionamento técnico: a *Weltliteratur* representava para Goethe a concretização de um projeto de comunicação literária internacional que seria possível apenas com uma “crescente velocidade da circulação [*vermehrnde Schnelligkeit des Verkehrs*]” de informação (BIRUS, 1995, p. 14). O termo “internacional” tem, aqui, uma nova acepção, ligada às técnicas postais e telegráficas de transmissão. Com isso, o próprio Goethe já apresentava o horizonte de superação do 1800: a literatura abandona a esfera do Estado nacional, onde cumpre um papel fundamental de formação e de tradição cultural. A internacionalização da cultura, a seu turno, também tem implicações geopolíticas para o conceito de história, forjado no sistema 1800 do mundo franco-germânico.

No Reino Unido, essas mudanças começam a ser instituídas com as reformas postais de Sir Rowland Hill, em meados do século XIX. No mundo germânico, August Stramm, reconhecido como poeta e romancista do expressionismo alemão, oficial de correios encarregado das relações postais entre Alemanha e Estados Unidos, destacou-se também por sua contribuição acadêmica. Em 1909, sua tese de doutorado foi publicada (*Historische, Kritische und Finanzpolitische Untersuchungen über die Briefpostgebührensätze des Weltpostvereins und Ihre Grundlagen*²), cujo tema abordava

2 Que pode ser traduzido por: “Investigações históricas, críticas e de política financeira sobre as tarifas de postagem de cartas da União Postal Global e seus fundamentos”.



justamente o sistema postal global instituído na virada do século XIX para o XX, a padronização de tarifas e a aceleração do sistema global de comunicação. A partir do início do século XX, o correio se torna um grande circuito de comunicação mecanizado, no qual cartas e telegramas passam por diversos processos de triagem, transitam por diversos fluxos, são classificados, ordenados e precificados com base em informações “frias”, ignorando seu conteúdo semântico. Kittler ilustra, por meio desse exemplo, o papel secundário da interpretação no sistema 1900, preterida pela contagem e quantificação de materialidades. Ao estranhamento que a dupla vida de Stramm poderia suscitar, Kittler contrapõe: “na verdade, nada é mais compatível e necessário. Os poemas de August Stramm, com seus seis a oito versos de uma a três palavras cada, são o estilo telegráfico como literatura”, recuperando o famoso dito de Mallarmé de que a poesia nada mais era do que a derivação das 26 letras do alfabeto e dos espaços entre elas. Com o sistema postal global, “os significantes têm preços padronizados que ridicularizam todo significado. Desde o advento do telegrama e do cartão postal, o estilo não é mais O Homem [*Der Mensch*], mas uma economia de signos” (KITTLER, 1985, p. 230-231).

Essa constatação, antes de tudo, está em Nietzsche: “desde Nietzsche, a lógica do significante é uma técnica da redução e do isolamento. Somente um mínimo de caracteres, em tamanho e quantidade, pode liberar o máximo de sua energia”, de modo que “o valor relativo dos significantes [...] é dado matematicamente; sua articulação significa contagem [*Zählen*]” (1985, p. 230). Segundo Nietzsche, as qualidades seriam, na verdade, diferenças quantitativas de força e, portanto, grandezas contáveis. Com isso, o processamento de informação, o tratamento do saber, torna-se uma questão de cálculo. Para Kittler, o pensamento de cunho historicista e hermenêutico se distanciaria dessa abordagem quantitativa, na medida em que “conhece apenas relações orgânicas, cuja representação é uma narrativa contínua, isto é, psicológica ou histórica” (KITTLER, 1985, p. 230).

Nietzsche ocupa um lugar importante na reflexão. Como o “último filósofo e o primeiro teórico das mídias” (KITTLER, 1986, p. 124), ele foi um dos primeiros intelectuais a adquirir uma máquina de escrever, muito em razão de sua miopia e metamorfopsia. Essa experiência tipográfica, para Kittler, tornou possível que Nietzsche formulasse a seguinte descoberta: “nossa ferramenta de escrita opera em nossos pensamentos” (*Unser Schreibzeug arbeitet mit an unseren Gedanken*) (KITTLER, 1986, p. 293; 1985, p. 238). Essa sentença posiciona o pensamento na interface entre corpo e técnica, quando a filosofia encontra a fisiologia. Não por acaso, segundo Kittler, depois de passar a utilizar a máquina de escrever, Nietzsche “mudou de argumentos para aforismos, de pensamentos para jogos de palavras, da retórica para o estilo do telegrama”. Não se trata apenas de uma mudança de estilo de escrita, mas, com efeito, do próprio estilo de pensamento. A mecanização da escrita transformou os humanos em máquinas de informação, na medida em que ela deixa de



ser uma extensão do humano, o qual, a seu turno, de agente/autor da escrita, passa a ser uma “superfície de escritura” (*von der Schreiberschaft zur Schreibfläche*) (KITTLER, 1986, p. 305).

Seja pelo design peculiar de sua máquina de escrever (uma *Hansen Writing Ball*³), seja por sua progressiva cegueira, Nietzsche era incapaz de ter controle visual sobre o resultado do processo de inscrição: “em máquinas cegas, as pessoas, cegas ou não, aprendem uma habilidade historicamente nova: a *écriture automatique*” (KITTLER, 1986, p. 298). Em seus estudos tardios sobre fisiologia, Nietzsche trata das técnicas mnemônicas no processo de inscrição de memória. Esses estudos adquirem um suporte experimental com o surgimento da psicofísica na segunda metade do século XIX. Em 1885, Hermann Ebbinghaus publicava o seu *Über das Gedächtnis: Untersuchungen zur experimentellen Psychologie* (*Sobre a memória: investigações para uma psicologia experimental*), apresentando um mecanismo que consistia na tentativa de memorização de sequências de sílabas aleatórias (e, por conseguinte, não significativas por si mesmas) apresentadas individualmente de modo cronometricamente repetitivo e alternado por um equipamento de projeção a um observador (no caso, o próprio Ebbinghaus), permitindo assim sua quantificação (KITTLER, 1985, p. 250). A apresentação das sílabas ao observador ocorre pela via de choques instantâneos que produziriam a gravação dessas sílabas na memória. O experimento, com efeito, parte do pressuposto psicofísico de abordar o sujeito não como uma interioridade anímica dotada de agência intencional, mas como um corpo composto de órgãos e funções nervosas. As sílabas, então, são inscritas na superfície sensorial do corpo pela via do órgão da visão, o olho, conectado fisiologicamente ao cérebro por enervamentos. Por meio de tais experimentos, que dependem da disponibilidade de um certo repertório técnico, Ebbinghaus foi capaz de apresentar suas inovadoras teorias das curvas de aprendizado e de esquecimento, representadas por equações algébricas.

O mundo do sistema 1900, com efeito, é um mundo essencialmente ruidoso, barulhento, de sinfonias dodecafônicas de máquinas de escrever, da entropia do correio, do trânsito abarrotado de veículos mecanizados, do cinema com som e, não menos importante, da guerra. Heidegger viria a dizer, nesse contexto, que o pensamento era impossível em grandes cidades, ao passo que Spengler (1973), em *A decadência do Ocidente*, promovia uma verdadeira apoteose da técnica e da figura do engenheiro. O irrompimento do ruído urbano, com sua parafernália mecanizada monumental, quebra a ordem tonal e melódica da voz materna instituída pelas reformas pedagógicas de oralização do alfabeto. Essas reformas foram baseadas em noções filosóficas e psicológicas a respeito do funcionamento da mente humana e sua capacidade de memória e aprendizado, em uma certa visão da relação entre corpo e significantes, nomeadamente, na psicologia romântica e sua concepção de “que os significantes chegam ao [sujeito] em razão do caráter de uma interioridade

3 Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/Skrivekugle.jpg>. Acesso em: 05 jun. 2024.



anímica [*Seeleninwendigkeit*] de tais significantes” (KITTLER, 1985, p. 252), isto é, pela suposta imanência da relação entre significante, sentido e sujeito. Com isso, a transição de sistemas de inscrição ilustra, do mesmo modo, a disputa entre a psicologia compreensiva e descritiva, seja em sua versão hermenêutica, com Dilthey, ou fenomenológica, com Husserl, e a psicologia experimental e “positivista” de Fechner, Wundt, Münsterberg e Ebbinghaus. Os experimentos de memória conduzidos por Ebbinghaus marcam, para Kittler, a transição da materialidade da linguagem. Paulatinamente, a psicofísica coloca em xeque o sujeito moderno e a pedagogia romântica da *Bildung*, com os seus produtos tão importantes para o estabelecimento do sistema 1800 (KITTLER, 1985, p. 258).

A abordagem psicofísica da linguagem reitera que nem todo discurso é significativo, que o sentido, como capacidade de combinação de signos, é formado no limiar com o não-sentido, seja no âmbito geral do mundo caótico e ruidoso revelado pelo fonógrafo e pelo cinematógrafo, que até então não podia ser gravado (e, em certo sentido, reconhecido como tal), seja na dimensão intersubjetiva do inconsciente, do involuntário, do automatizado (humano ou maquinal) e do patológico. O motivo patológico, como em Foucault, percorre a arqueologia kittleriana. Os processos de inscrição impostos pela rede de mídias técnicas não apenas se deparam, mas causam, eles mesmos, patologias nos indivíduos: “afasia, alexia, agrafia, agnosia, assimbolia”, que são todas concebidas como colapsos, disfuncionalidades, falhas e curtos-circuitos (KITTLER, 1985, p. 264). Todavia, longe de esconder e enclausurar essas patologias em sanatórios invisíveis para a sociedade, Kittler coloca o patológico no primeiro plano, pois enxerga em suas manifestações um caminho para o entendimento dos sistemas e práticas de inscrição: “a cegueira e a surdez, precisamente quando afetam a fala ou a escrita, produzem o que de outra forma de modo nenhum se teria: informação sobre a máquina humana de informação” (KITTLER, 1986, p. 281). A sua leitura de Nietzsche se encerra com a problematização de seu diagnóstico de loucura. Com efeito, o entendimento do funcionamento de certas práticas amiúde só é possível quando elas deixam de funcionar, quando apresentam defeitos: quando param de fazer sentido.

Gramofone, máquina cinematográfica e máquina de escrever evidenciam, cada um a seu modo, a percepção da linguagem como um meio não homogêneo. Em vez de enxergá-la como espelho da unidade do fluxo de consciência, como substrato transparente de codificação e transmissão de uma “voz interior”, de um sentido pré-linguístico, passou-se a concebê-la em sua “materialidade e tecnicidade”. Evidenciar a medialidade da linguagem, o seu caráter de mídia, permite, no contexto do 1800, tratar o que se denominava “a” linguagem em termos de textualidade, o conjunto de aspectos e condições que caracterizam materialmente um artefato como um texto e que possibilitaram o surgimento do conceito de literatura. Essas tecnologias

rompem definitivamente com qualquer projeto filosófico pautado na identidade entre escrita e linguagem, caracterizada como a cesura entre subjetividade e linguagem proclamada por Heidegger (1982, p. 118-9; p. 125; p. 127) ao tratar da máquina de escrever em suas *Lições sobre Parmênides*: O próprio homem age [*handelt*] por meio da mão [*Hand*]; pois a mão é, junto com a palavra, a distinção essencial do homem. Somente um ser que, como o homem, “tem” a palavra (*μῦθος, λόγος*), pode e deve “ter” “a mão”. [...] A palavra, como o que é inscrito [*eingezeichnet*] e o que aparece ao olhar, é a palavra escrita, ou seja, a escrita. E a palavra como escrita é a escrita à mão [*Handschrift*]. [...] [A palavra] não vem e vai mais por meio da mão que escreve, a mão que atua propriamente, mas por meio da pressão mecânica que ela libera. A máquina de escrever arranca a escrita do domínio essencial da mão, isto é, o domínio da palavra. [...] Portanto, quando a escrita foi retirada da origem de sua essência [*Wesensursprung*], ou seja, da mão, e foi transferida para a máquina, ocorreu uma transformação na relação do Ser com o homem. [...] Essa lógica se repete constantemente em todos os lugares, em todas as relações do homem moderno com a técnica. A técnica está enraizada em nossa história.

O surgimento dessas novas tecnologias, portanto, marca o fim da plena dependência da produção cultural da mediação simbólica humana, e representa a passagem da redução e tradução do mundo em escrita para a gravação do “fluxo do real” em som e imagem-movimento, ampliando, radicalmente, o campo de inscrição da realidade ao se abrirem para o mundo sonoro captado pelo microfone e o mundo imagético captado pela lente da câmera. Gramofone e câmera de vídeo gravam tudo que suas superfícies captadoras são capazes.

Para Kittler, no entanto, fonografia e cinematografia continuam sendo, não só morfologicamente, mas conceitualmente, *grafias*, não como representação escrita de palavras, sons e imagens, mas como aparatos que, para além da ideia de escrita, sugerem a ideia de registro da realidade. Nesse sentido, como a máquina de escrever, gramofone e máquina cinematográfica também operam de acordo com a lógica de diferenciação intramedial em sua captura de “efeitos do real”, respectivamente como ondas de som gravadas em cilindros de cera e discos de grafite e como efeitos de luz gravados em películas de celuloide. No sistema 1900, o texto é um conjunto finito e fragmentado de signos ordenados de acordo com regras de diferenciação baseadas em combinações e espaçamento, isto é, da formação de palavras e sentenças como marcas destacadas em um pano de fundo, letras padronizadas em tipos movimentados por teclas direcionadas a folhas de papel (KITTLER, 1985, p. 253).



2000: o digital e os contornos de uma filosofia da história em Kittler

O tema da filosofia da história não é recorrente na reflexão de Kittler, ao menos não explicitamente. Quando trata da história, todavia, isso ocorre sob o tropo do seu fim, não sem certo regozijo. Sua preocupação naquelas que podem ser consideradas suas maiores obras (KITTLER, 1985; 1986) está na descrição positiva dos sistemas de inscrição 1800 e 1900. No entanto, em *Grammophon, Film, Typewriter*, o tema da promessa da ubiquidade digital acaba por definir o tom da argumentação. Nas linhas finais da obra, Kittler traça um diagnóstico:

Sob as condições da alta tecnologia, a literatura não tem mais nada a dizer. Ela termina em criptogramas que desafiam a interpretação e só permitem a interceptação. [...] Segundo suas próprias palavras, a NSA “acelerou” o “advento da era da informática” e, portanto, o fim da história, como nada antes. Uma análise automatizada do discurso assume o comando. E enquanto os professores ainda trocam relutantemente as suas máquinas de escrever por processadores de texto, a NSA prepara o futuro: desde a matemática do jardim de infância, que continua a ser suficiente para livros, até dispositivos de carga acoplada, filtros de ondas superficial, processadores de sinais digitais incluindo as quatro operações básicas. Trincheiras, relâmpagos, estrelas — registro, transmissão, *cabeamento* (KITTLER, 1986, p. 378-379).

Se, como visto, o sistema 1900 fragmenta e dissolve a unidade da agência humana e seu monopólio da produção cultural, abandonando a Galáxia de Gutemberg, o sistema 2000 (termo que Kittler raramente fez uso) é a consumação desse processo, com nossa migração (muitas vezes forçada) do Universo de Edison para o Mundo de Turing. Trata-se da passagem da mecanização para a eletrônica das práticas inscriptivas, da automatização para a implementação, quando o computador se torna uma mídia técnica de produção cultural (de processamento, transmissão e armazenamento de informação) e quando máquinas cibernéticas passam a conversar entre si, em canais que não acessamos e em um idioma que, apesar de podermos identificar, não compreendemos. Assim, ao tratar de tecnologias digitais, parece sempre haver no texto kittleriano um tom de caráter finalista, típico de uma filosofia da história: “Alan Turing, assim que colocou os primeiros computadores em funcionamento, informou o oráculo que deveríamos a partir de agora nos preparar para a tomada de controle das máquinas” (KITTLER, 1993, p. 160). Nesse iminente “futuro hiperreal” nós somos “sujeitos de [e a] gadgets e instrumentos de processamento de discurso [Diskursverarbeitung] de máquina” (KITTLER, 1993, p. 57). Considerando que o último excerto pertence a um texto de 1982, não parece de modo algum absurdo afirmar que a arqueologia das mídias de Kittler traz, ao menos implicitamente, uma filosofia da história, cuja realização culmina no



pleno desaparecimento do homem e de sua alma: no contexto das tecnologias digitais, o exorcismo está consumado (KITTLER, 1980).

No sistema de inscrição digital, as mídias técnicas analógicas perdem sua posição privilegiada e, com elas, o que restou da agência humana. A conjunção de tecnologias e corpos (na qualidade de aparatos sensoriais), advinda dos processos técnicos de diferenciação escrita, óptica e acústica, revelava uma certa necessidade da ação humana para garantir a realização dos processos de inscrição, mesmo que tais processos fossem largamente empreendidos pelas mídias técnicas. Com a digitalização da informação e dos canais de processamento, tais processos, por um lado, praticamente eliminam o próprio conceito de mídia, limitado agora à função de interface fisiológico-física do computador e, por outro lado, extinguem a participação do homem, que pode apenas ter acesso a eles de modo literalmente superficial e mediado. As mídias (som, imagem, voz e texto) se tornam a parte visível de um mundo numérico encoberto caracterizado pela progressiva conversão do pensamento em computação: “no lugar do pensamento, entrou a álgebra booleana, no lugar da consciência, um inconsciente” (KITTLER, 1986, p. 30). Elas operam o mesmo encobrimento do Ser pela linguagem que Heidegger trata ao analisar o conceito de *alétheia* (GONÇALVES, 2023, p. 118-120). A questão é que esse Ser, para Kittler, não é acessível, tampouco compreensível, pois é o próprio fluxo de código binário na forma de elétrons transitando alternadamente em circuitos de silicone. Na era digital, o Conhecimento Absoluto hegeliano, “em vez de conectar [*anschließen*] tecnologias a pessoas, [...] é executado em loop infinito” (KITTLER, 1986, p. 8).

O Conhecimento Absoluto passa a estar subordinado aos princípios de comunicação da cibernética, definidos por Shannon, Wiener e von Neumann: retenção seletiva, crescimento autocatalítico, transições assimétricas, variação cega, sistemas recursivos, variedade seletiva e conhecimento necessário (KITTLER, 1997). Para Kittler, a capacidade de processamento de informação foi historicamente e equivocadamente considerada como um atributo humano inato. Em última instância, a computação digital comprovaria esse equívoco ao não apenas “melhorar” esse processamento, mas ao propor novas formas de realizá-lo. A elevação do princípio cibernético a paradigma de comunicação e processamento foi reconhecida por Lacan (2010, p. 403) em um texto de 1955: “a progressão mais ou menos confusa, acidental, no mundo dos símbolos, ordena-se em torno da correlação da ausência e da presença. E a busca das leis das presenças e ausências vai tender a esta instauração da ordem binária que culmina no que chamamos de cibernética”. Lacan, portanto, afirma que a totalidade da ordem simbólica pode ser representada por essa lógica, isto é, qualquer processo ou sistema, independentemente de sua complexidade, como a própria mente humana, pode ser decomposto em operações binárias fundamentais, nas quais a alternância entre dois estados básicos (como ligado e desligado, presença e ausência, afirmação e negação, verdadeiro e falso, 1 e 0 etc.) é suficiente para descrever e reproduzir todas as operações simbólicas.



Esse princípio, então, é essencial para o entendimento do modo humano de processar e interpretar informações em diversos contextos, destacando a universalidade e a “simplicidade” subjacentes a sistemas complexos. Ao fim, Lacan (2010, p. 70) afirma: “o mundo simbólico é o mundo da máquina”.

Ao que tudo indica, portanto, estamos diante de uma grande narrativa que pode ser caracterizada do seguinte modo: inicialmente, com a fundação do sistema 1800, é estabelecido um conceito unitário de linguagem e de tempo que elege o homem como o sujeito primordial da história pela via de uma série de atos fundadores. Esse sistema é posteriormente e paulatinamente substituído por processos de diferenciação técnica empreendidos pelas mídias analógicas, que retiram do homem o monopólio das práticas inscricivas, dissolvem sua essência em máquinas e rompem com as concepções de linguagem como meio homogêneo e transparente e de tempo histórico como processo linear e unitário de desenvolvimento progressivo — o sistema 1900. Por fim, toda essa multiplicidade e variedade de modos de produção, transmissão e arquivamento de informação é reduzida pela codificação discreta da realidade e de seus canais: trata-se do processo de desdiferenciação medial, termo tomado de empréstimo da biologia celular, que institui “uma onipotência dos circuitos” (KITTLER, 1986, p. 29-33). Assim, “o último sujeito da história é a tecnologia, entendida num sentido muito amplo como o processamento da natureza”. Nessa história, o homem ocupa o papel de um mero “intermediário” temporário: na era digital, a tecnologia “está mais próxima de um autoprocessamento da natureza que deixa os humanos para trás” (WINTHROP-YOUNG, 2011, p. 80) e que inaugura a Era das Mídias (*Medienzeitalter*), a qual, “à diferença da história, a qual ela dá um fim, é executada de modo irregular [*ruckhaft*], assim como a fita de papel de Turing” (KITTLER, 1986, p. 33).

O que se tem aqui é um determinismo tecnológico, fundamentado em um certo *a priori* técnico, de distintos matizes. A sentença inaugural de *Gramofone, Filme, Typewriter* proclama que “as mídias determinam nossa situação [*Medien bestimmen unsere Lage*]”. Esse determinismo, ao longo da história, definiu o escopo da agência humana, conferindo a ela distintas possibilidades. No sistema de inscrição digital, esse escopo é reduzido à pura observação mediada pela interface. Nesse contexto, o assim denominado homem (*der sogenannte Mensch*) desaparece e a história da qual é protagonista chega ao seu fim. Mas o que há depois do fim da história? A esse respeito, Kittler deixou apenas indicações. Talvez, por um lado, devido ao seu falecimento em 2011 e, provavelmente, por outro, porque, diante do caráter aporético em tratar de uma realidade pós-histórica, passou a direcionar a sua atenção para um outro projeto (inacabado) que, no entanto, parece apenas reiterar sua filosofia da história: a reformulação de uma história do Ser (*Seinsgeschichte*) pautada por uma ontologia das mídias (KITTLER, 2009a) que se volta à Grécia antiga em busca do reatamento do laço entre filosofia e matemática (KITTLER, 2005; 2009b).

Em seu hegelianismo próprio, Kojève trata o fim da história⁴ não como um evento porvindouro, mas como algo de certo modo já consumado, que dá origem a uma pós-história caracterizada pelo “desaparecimento do Homem” e pelo estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o humano e a natureza, concebido como um animal. Juntamente ao homem, a ação, como pura negação ao dado, ao objeto, também desaparece e, por conseguinte, a própria filosofia (KOJÈVE, 1969, p. 158-159). Em sua famosa entrevista ao *Der Spiegel*, publicada postumamente em 1976, Heidegger afirma que “a filosofia não será capaz de efetuar uma transformação imediata da condição presente do mundo. Isso não é verdade apenas para a filosofia, mas para todos os pensamentos e esforços humanos. Somente um deus pode nos salvar”. O fim da filosofia, segundo Heidegger, inaugura o advento da cibernética, um “pensamento outro”, tipicamente numérico e cientificista (HEIDEGGER, 1993, p. 107-108).

Para Kittler, não obstante, a filosofia não poderia ter seu fim decretado. Realmente, a literatura, como determinação empírica mais essencial do “homem”, “não tem mais nada a dizer”: o silêncio é a marca do seu desaparecimento. Todavia, o fim da história ainda reserva um futuro, um futuro no qual o “software assume o comando” (MANOVICH, 2013), sobretudo os circuitos computacionais que o tornam possível. Nesse lugar, o discurso (*logos*), ao contrário do que propunha Kojève (1969, p. 160), não é um atributo humano inato, mas, sim, uma habilidade que pode ser desempenhada por outras entidades, como revelado pelo computador, que, como as outras mídias técnicas, não é pensado por Kittler como simples ferramenta e extensão do humano. O que toma lugar, portanto, não é o fim do discurso, como a conciliação hegeliana entre senhor e escravo, mas, sim, a monopolização do discurso pelas máquinas: trata-se do nascimento de uma nova relação de poder pautada na díade máquina-humano. Para Kittler, como, antes dele, para Lacan, o fim da história não é o fim das relações de poder, mas apenas o momento de sua reorientação. Em algo, porém, Kojève, Lacan e Kittler parecem concordar (WEGENER, 2015): uma vez que o discurso humano é interrompido, o que resta ao homem é “a arte, o amor e o jogo” (KOJÈVE, 1969, p. 159). Já segundo Kittler (1993, p. 80), parafraseando Lacan, “para os sujeitos que não falam uma linguagem formal”, isto é, a linguagem de máquina, que monopoliza o discurso e o sistema de inscrição como um todo, “restam três coisas: dança, jazz, libido”.

Considerações finais

As palavras de Kittler, desde suas primeiras formulações, causaram espanto e indignação, tal como as de Foucault duas décadas antes dele. No presente, todavia, podemos perceber como

4 Para uma análise dos temas da “crise da história” e do “fim da história” no contexto francês do entreguerras, sobretudo na perspectiva de Alexandre Koyré, cf. SALOMON, 2023.



Kittler contribui, de modo bastante polêmico e provocativo, para a formulação de problemas que, somente há pouco tempo, historiadores e outros humanistas têm se voltado de modo sistemático. Kittler evidencia a falta de consideração do problema das mídias técnicas na conceptualização dos temas centrais do debate historiográfico: escrita (como prática de inscrição), tempo (e sua experiência tecnicamente mediada) e o próprio humano⁵ (e, por conseguinte, a história). Nosso constante reconhecimento do progresso tecnológico como determinante para definir as diversas práticas constitutivas na modernidade tem ocorrido, até muito recentemente, sem tematizar propriamente a especificidade da tecnologia em si e sua interação com o contexto humano e histórico (pela via da produção, transmissão e arquivamento cultural). Qualquer tentativa de análise dessas questões que negligencie sua dimensão primordialmente técnica e medial, para Kittler, está destinada a ser malograda.

Diante disso, este artigo procurou explorar a presença de uma filosofia da história implícita na arqueologia das mídias de Friedrich Kittler, destacando o desaparecimento do homem como uma ideia central na transformação histórica promovida pelas mídias técnicas. Kittler argumenta que o “sujeito moderno” e suas concepções são produtos de um sistema de inscrição específico, cuja configuração técnica, iniciada no século XVIII, moldou tanto as práticas discursivas quanto a própria percepção do tempo e da história. As mídias, longe de meros canais de comunicação, atuam como estruturas constitutivas que, ao transformarem o modo de registro e de transmissão da realidade, modificam profundamente a maneira como nos compreendemos e nos mobilizamos. A arqueologia das mídias de Kittler desafia o humanismo ao deslocar o foco do homem como agente central, direcionando a atenção para as estruturas técnicas que sustentam, mediam e delimitam a experiência humana.

Referências

- ANGEHRN, Emil. **Geschichtsphilosophie**. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1991.
- BEISER, Frederick. **The German Historicist Tradition**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BONALDO, Rodrigo B. História mais do que humana: descrevendo o futuro como atualização repetidora da Inteligência Artificial. **Revista de História (UNESP)**, v. 42, p. 1-28, 2023.
- BIRUS, Hendrik. Goethes Idee der Weltliteratur: Eine historische Vergegenwärtigung. **Goethezeitportal**, p. 1-27, 1995.
- CANGUILHEM, Georges. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Goiânia: Edições Ricochete, 2012.
- FICHTE, Johann Gottlieb. A Doutrina da Ciência de 1794. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: **Fichte (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FLUSSER, Vilém. The Codified World. In: **Writings**. Andreas Ströhl, (ed.). Translated by Erik Eisel. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, p. 35-41.

⁵ Nesse sentido, é fundamental destacar o trabalho realizado no Brasil por pesquisadores como, por exemplo, Rodrigo Bonaldo (2023).



- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- GONÇALVES, Murilo. Towards a historical hermeneutics of digital interface. **Expedições**, v. 16, p. 118-139, 2023.
- HEGEL, Georg W., F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. **Parmenides. Gesamtausgabe Band 54**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1982.
- HEIDEGGER, Martin. "Only a God Can Save Us": Der Spiegel's Interview with Martin Heidegger. In: **The Heidegger Controversy**. Richard Wolin (ed.). Cambridge/London: MIT Press, 1993, p. 91-116.
- KITTLER, Friedrich (Hrsg.). **Austreibung des Geistes aus den Geisteswissenschaften**. Programme des Poststrukturalismus, Paderborn: Schöningh, 1980.
- KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985.
- KITTLER, Friedrich. **Grammophon, Film, Typewriter**. Berlin: Brinkmann und Bose Verlag, 1986.
- KITTLER, Friedrich. **Draculas Vermächtnis**. Technische Schriften. Leipzig: Reclam Verlag, 1993.
- KITTLER, Friedrich. **Literature Media Information Systems**. Amsterdam: OAP, 1997.
- KITTLER, Friedrich. **Eine Kulturgeschichte der Kulturwissenschaft**. München: Fink, 2000.
- KITTLER, Friedrich. **Musik und Mathematik**. Bd. 1, Hellas, Tl. 1, Aphrodite. München: Wilhelm Fink, 2005.
- KITTLER, Friedrich. Towards an Ontology of Media. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 2-3, p. 23-31, 2009a.
- KITTLER, Friedrich. **Musik und Mathematik**. Bd. 1, Hellas, Tl. 2, Eros. München: Wilhelm Fink, 2009b.
- KITTLER, Friedrich. Lullaby of Birdland. In: **The Truth of the Technological World**. Essays on the Genealogy of Presence. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 31-44.
- KOJÉVE, Alexandre. **Introduction to the Reading of Hegel**. Lectures on the Phenomenology of Spirit. Translated by James H. Nichols Jr. Ithaca/London: Cornell University Press, 1969.
- KORFF, Hermann. **Geist der Goethezeit**: Versuch einer ideellen Entwicklung der klassisch-romantischen Literaturgeschichte. Leipzig: J. J. Weber, 1923.
- KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- KOYRÉ, Alexandre. Filosofia da História. In: SALOMON, Marlon (org.). **Alexandre Koyré**. Historiador do Pensamento. Goiânia: Almeida e Clément Edições, 2010.
- LACAN, Jacques. **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013.
- MARCUSE, Herbert. **Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- MCLUHAN, Marshall. **The Gutenberg galaxy**: The Making of Typographic Man. Toronto: University of Toronto Press, 1962.
- SALOMON, Marlon. O labirinto ou a lógica do tempo sem sentido em Alexandre Koyré. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 16, n. 41, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2105>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TROELTSCH, Ernst. **Die Krisis des Historismus**. (Kritische Gesamtausgabe — Band 15). Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002.
- TROELTSCH, Ernst. **Der Historismus und seine Probleme**. (Kritische Gesamtausgabe — Band 16). Friedrich Wilhelm Graf (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2008.
- VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- WEGENER, Mai. The Humming of Machines to the End of History and Back. In: **Media After Kittler**. Eleni Ikoniadou and Scott Wilson (Ed.). London/New York: Rowman & Littlefield International, 2015, p. 67-78.
- WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. **Kittler and the media**. Cambridge: Polity Press, 2011.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Professor Adjunto de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Em 2014, realizou, durante dois semestres, graduação sanduíche na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha). Realizou, durante dois semestres, estágio de pesquisa doutoral (PDSE) na Freie Universität Berlin (Alemanha). Pesquisador de Pós-Doutorado no PPGH-UFG sob supervisão de Marlon Salomon. Membro associado da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e da International Network for Theory of History (INTH). Editor executivo da Revista de Teoria da História.



Endereço para correspondência:

Universidade Federal de Jataí, Instituto de Ciências Humanas e Letras. Rodovia BR-364, KM 195, nº 3800. Campus Jatobá - Cidade Universitária, 75.801-615 – Jataí, GO – Brasil.

Financiamento:

Não se aplica.

Agradecimento:

Um trecho deste artigo foi apresentado no XII Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), no Simpósio Temático Teoria e Filosofia da História, sob o título “Técnica, tempo e história: um exame da ontologia das mídias de Friedrich Kittler”. Agradeço aos participantes pelos incentivos e sugestões apresentados, bem como aos(às) pareceristas do artigo.

Contribuição de autoria:

Não se aplica.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Contexto de pesquisa

A segunda seção do artigo é um trecho modificado derivado da tese A história (de)codificada: prolegômenos para uma hermenêutica digital, orientada por Luiz Sérgio Duarte da Silva, na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2022. Link: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12147>.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo - Editora-chefe
Fábio Duarte Joly – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2025 Murilo Gonçalves



Histórico de avaliação

Data de submissão: 11/06/2024

Data de modificação: 04/11/2024

Data de aprovação: 05/11/2024

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

